CASTELAO E OS «AMIGOS PORTUGUESES»: O REPUBLICANISMO E A LIBERDADE COMO BANDEIRAS COMUNS

Heloisa Paulo

Centro de Estudos Interdisciplinares
do Século 20
(Universidade de Coimbra)

Cando un galego entra nas planuras de León ou de Zamora, síntese en terra allea, invadido pola tristura que producen os desertos. Cando entra en Asturias ten que afacer os seus ollos a un novo estilo de paisaxe. Pero cando transpón a fronteira portuguesa, síntese na propia terra, e non dá creto ás arbitrariedades da política hestórica. Alfonso Castelao, *Sempre en Galiza*.

1. JAIME ALBERTO DE CASTRO MORAIS, ALBERTO MOURA PINTO E JAIME ZUZARTE CORTESÃO: OS «BUDAS» PORTUGUESES

Um dos mais tristes, mas também mais inteligentes e mais perigosos traidores a nossa causa que tivemos, alcinhou em Madrid o nosso comité de GRUPO DOS BUDAS. Por sermos corpulentos, gordos? Não, simplesmente porque impossível lhe foi sempre (e a todos) conhecer o nosso pensamento e os nossos planos; não apenas militares, mas também, e, sobretudo políticos¹.

Em 28 de Maio de 1926, um golpe militar implanta em Portugal um regime ditatorial que, ganhando contornos fascistas nas décadas seguintes, perdurará 48 anos. Comandado por oficiais, advogados de um exército intervencionista, o movimento vai gerar oposições; quer no seio das próprias forças armadas, inclusive dos próprios participantes do movimento²; quer no seio da sociedade civil, criando uma vaga de opositores, capitaneada por republicanos e os grupos de esquerda, como anarquistas e comunistas³.

¹ Memórias dactilografadas de Jaime de Morais. P. 5. O arquivo de Jaime de Morais foi localizado por mim com um neto na cidade de Niterói, Brasil. Actualmente, ele se encontra na Fundação Mário Soares a espera de tratamento para ser disponibilizado ao público.

² Este é o exemplo do General Gomes da Costa, responsável pela revolta da 8ª divisão militar de Braga, ao norte de Portugal, no dia 28 de Maio. Gomes da Costa, após ser Presidente do Ministério, ele é exonerado e preso em 9 de Julho do mesmo ano. Sobre o tema ver, entre outros: Marques, A. H. de Oliveira (org). *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975; Campinos, Jorge. *A Ditadura Militar: 1926-1933*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975; Farinha, Luis. *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*. Lisboa, Ed. Estampa, 1998.

³ Sobre a oposição ainda é escassa a bibliografia. Ver, entre outros, Raby, Dawn Linda. *A Resistência Anti-fascista em Portugal*. Lisboa, Edições Salamandra, 1980; Marques, A. H. Oliveira. *A unidade da Oposição à Ditadura (1928-1931)*. Lisboa, Europa-América, 1973; Marques, A. H. Oliveira. *A Liga de Paris e a ditadura militar (1927/1928)*. Lisboa, Europa-América, 1976; Marques, A. H. Oliveira. *A Literatura*

No dia 3 de Fevereiro de 1927, na cidade do Porto, surge o primeiro levante contra a ditadura militar, reunindo nomes de militares e civis, descontentes com o cerceamento das liberdades democratas, defendidas pelo republicanismo. Comandados pelo General Sousa Dias, um antigo membro da ditadura militar, os revoltosos contam com nomes de destaque da hierarquia do Exército, da Marinha, da política da velha República, contando ainda com a participação de personagens de realce da sociedade portuguesa de então. Entre estes, estão Jaime Alberto de Castro Morais, médico de formação, oficial da Marinha e antigo governador de Angola e da Índia, e Jaime Zuzarte Cortesão, intelectual vinculado ao grupo da Seara Nova⁴, deputado pelo Partido Democrático, antigo Capitão médico das Forças portuguesas combatentes na Primeira Grande Guerra e diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Os revoltosos recebem o apoio imediato de José Domingues dos Santos, chefe do Partido de Esquerda Democrática, aguardando a revolta de outras guarnições militares. Surgem respostas nas cidades de Vila Real, Guimarães, Guarda, Régua, e, tardiamente, as forças da Guarda Nacional Republicana e a Marinha respondem ao apelo na capital, Lisboa. No entanto, no dia 7, as tropas governamentais já haviam acuado os rebeldes no Porto. Sousa Dias é preso, mas, alguns dos sublevados conseguem escapar, partindo para um breve exílio na Galiza, em Espanha. Entre estes, temos Jaime de Morais, que retornará à Portugal no ano seguinte, sendo preso e deportado para ilha de São Tomé. Dali, ele escapa para a África, conseguindo depois chegar a Paris, onde se reúne com Jaime Cortesão, ali exilado. Em 1931, retorna a Madrid, acompanhado pelo amigo, aproveitando o clima de liberdade instaurado com a República.

Entretanto, o descontentamento em solo português não cessa durante este tempo. Em Junho de 1930, uma nova revolta fracassada leva à prisão outros republicanos, entre eles, Alberto Moura Pinto, um antigo Ministro da Justiça e

Clandestina em Portugal (1926-1932). 2 volumes. Lisboa, Fragmentos, 1990; Marques, A. H. de Oliveira (org). *O General Sousa Dias e as revoltas contra a Ditadura, 1926-1931*. Lisboa, Publicações D. Quixote, 1975; Campinos, Jorge. *Op. cit.*; Farinha, Luis. *Op. cit.*

⁴ A revista *Seara Nova* vai surgir em 15 de Outubro de 1921, sendo considerada «o principal órgão de intervenção na vida política e cultural de sucessivos grupos de intelectuais republicanos de esquerda ao longo de seis décadas», Reis, António. «Seara Nova», in *Dicionário do Estado Novo*. V. 2. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 890.

deputado pelo Partido Unionista⁵. Deportado para o Arquipélago dos Açores, consegue evadir-se para o território francês aquando da Revolta de 1931. Com o advento da República Espanhola, parte para Madrid e juntamente com Jaime de Morais e Jaime Cortesão compõem um «triunvirato» de combatentes na defesa dos ideais democráticos republicanos, sempre ligados por uma amizade que atravessará décadas de exílio.

Em Espanha, Morais, Cortesão e Moura Pinto fixam residência na capital, passando a serem conhecidos como o «Grupo de Madrid». Situados à esquerda do republicanismo, e apesar da sua origem política diferenciada, todos são profundamente marcados pelos ideais republicanos, advogando o primado da participação política direta do cidadão, do regime democrático baseado no parlamentarismo, das liberdades sindicais, dos direitos à liberdade de culto e de expressão e da defesa da autonomia local⁶. Entretanto, a oposição exilada está longe de ser um grupo homogêneo, sobretudo no que respeita ao consenso em torno das formas de luta contra a ditadura portuguesa. Na verdade, podemos falar em dois grupos distintos de opositores exilados, os vinculados ao Grupo de Madrid, e aqueles que se reúnem em torno de Ribeiro de Carvalho⁷, mais numeroso em território francês. As rivalidades internas, os fracassos das tentativas revolucionárias e, sobretudo as querelas geradas pela distribuição de fundos de auxílio aos emigrados políticos portugueses formam mote para as discordâncias internas no exílio⁸. Um dos «simpatizantes» de Ribeiro de Carvalho, Ferro Alves,

⁵ Junto com Moura Pinto são presos João Soares, pai do antigo Ministro português Mário Soares; e Ernesto Carneiro Franco, que também buscará exílio em território espanhol. ANTT. Torre do Tombo, Arquivos da PIDE-DGS, Processo n.º 4658. NT 4265. 20 de Julho de 1930.

⁶ Sobre a ideologia republicana ver, entre outros, Catroga, Fernando. *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*. 2 v. Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

⁷ Na verdade, Antonio Germano Guedes Ribeiro de Carvalho (1889-1967), oficial do Exército e antigo Ministro da Guerra (1923-24), ele defende a não participação de civis no movimento revolucionário, opondo-se ao Grupo de Madrid, pela defesa do contacto com a sociedade civil e o preparo revolucionário a partir das bases da sociedade. Sobre o tema ver, Farinha, Luis. «Carvalho, Antonio Germano Guedes Ribeiro de», in *Dicionário do Estado Novo*. V. 1. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 128.

⁸ Sobre o tema ver: Clímaco, Ana Cristina Pereira. *L'exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*. 4 v. Dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998. Texto policopiado.

através de uma publicação, vai «popularizar» a designação pela qual o grupo de Madrid passa a ser conhecido: «Os Budas»⁹.

As relações próximas e cordiais entre os «Budas» e o governo republicano de Espanha contribuem para fomentar a discórdia e o clima de rivalidade entre os exilados. As cartas e os relatos de Jaime de Morais e Alberto Moura Pinto demonstram contactos próximos com importantes figuras do republicanismo espanhol, em especial, com elementos vinculados ao Partido Socialista Obrero Español, à Acción Republicana¹⁰, à Confederación Nacional del Trabajo e aos autonomistas, como a Federación Republicana Galega. Jaime de Morais, Moura Pinto e Cortesão possuem fortes laços ideológicos que os ligam à vertente socialista defendida por diversos sectores da ala esquerda do republicanismo espanhol, já por si próximo ao ideário português. As simpatias demonstradas por Jaime de Morais para com o ideário anarquista e a empatia de Cortesão com a temática iberista completam o quadro de vinculação aos sectores radicais de Espanha¹¹.

Em 1934, depois da reviravolta política que leva a CEDA ao poder, esta ligação é posta em relevo com a apreensão de armas cedidas pelos republicanos portugueses aos seus companheiros espanhóis e que seriam usadas na tentativa revolucionária conhecida por Revolta das Astúrias¹². O episódio fica conhecido como Caso Turquesa, devido ao nome do navio que as transportava, leva a uma crise política em Espanha, ao exílio de Jaime de Morais e Cortesão, novamente em França, e a prisão de Moura Pinto, entre fins de Setembro de 1934 e Maio de 1935, no Cárcere Modelo de Barcelona¹³. No entanto, as suas famílias per-

⁹ Um elemento pertencente ao quadro dos republicanos revoltados nas Ilhas Açorianas em 1931, o jornalista Ferro Alves, publica em Portugal o livro *Os Budas - o contrabando de armas*. Lisboa, Imprensa Lucas C.ª, 1935, no qual a imagem do grupo é reduzida a de «profissionais da revolução» (*Op. cit.*, p. 35), interessados no enriquecimento pessoal. O autor é apresentado nas cartas e documentos de Moura Pinto como um agente pago que, aproveitando-se das dissidências internas dos republicanos, procura desestabilizar os exilados. Ver: Relatório do caso Ferro. Arquivo Moura Pinto (em posse da Família).

¹⁰ O próprio Manuel Azaña cita inúmeras vezes nas suas memórias os contactos mantidos com os Budas. Ver: Azaña, Manuel. *Memorias políticas y de guerra*. Barcelona, Crítica, 1980, 2 v.

¹¹ Ver Autobiografia de Jaime de Morais. Arquivo Jaime de Morais.

¹² Ver, entre outros, Ruiz, David. *Octubre de 1934. Revolución en la República española*. Madrid, Síntesis, 2008.

¹³ No arquivo de Moura Pinto, há inúmeros recibos do Cárcere Modelo, de Barcelona, em favor de Moura Pinto, pagos pela mulher, Sra. Maria do Carmo. Com Moura Pinto, é igualmente preso Francisco Oliveira Pio, seu companheiro de exílio.

manecem em Espanha, assumindo a responsabilidade do auxílio aos exilados¹⁴, esperando o retorno político dos seus aliados espanhóis.

Em 1935, após o governo francês solicitar a deportação de Jaime Cortesão, o que não consegue devido aos inúmeros protestos de políticos e intelectuais, Jaime de Moraes retorna incógnito a Madrid, sem que seja incomodado pelas autoridades locais. Moura Pinto é libertado em Junho do mesmo ano¹⁵. Em 17 de Julho de 1936, com a amnistia dada pela Frente Popular, Cortesão volta a capital espanhola para se juntar ao grupo. O golpe de Franco vai envolvê-los e as suas famílias na Guerra Civil¹⁶, levando os filhos de Jaime de Moraes à frente de batalha¹⁷ e ao acordo político de maior simbolismo para o republicanismo na Península Ibérica, o Plano Lusitânia.

2. A GUERRA CIVIL E O REPUBLICANISMO PORTUGUÊS: O PAPEL DOS BUDAS NO COMBATE CONTRA O GOLPE MILITAR DE FRANCO

O dia de hoje (escrevo em 18 de Julho) dizem ser agora considerado festivo em Espanha, mas não creio que ele possa despertar alegria no coração de nenhum dos seus filhos.

Foi há oito anos já que a tragédia espanhola se iniciou, mas ninguém a pode ter esquecido; dela saiu uma grande nação destroçada materialmente, gravemente ferida no seu espírito e magoada no seu legítimo orgulho. Devido a ela, a generosa terra espanhola transformou-se num cemitério imenso que guarda piedosamente os restos de bem perto de dois milhões de homens que, quase em exceções, se revelaram heróis numa luta fratricida que não tem exemplo na história. [...]

¹⁴ Ver listas com os auxílios e recibos do dinheiro dado aos exilados republicanos. Arquivo Moura Pinto.

¹⁵ A partir desta data, desaparecem do Arquivo de Moura Pinto os recibos dos pagamentos ao cárcere em Barcelona.

¹⁶ A filha de Moura Pinto, Maria Luísa Moura Pinto, torna-se voluntária da Frente Republicana, passando a trabalhar como enfermeira num hospital em Madrid. Informações fornecidas por Joana Moura Pinto Rabinovitch, filha de Maria Luísa.

¹⁷ Os quatro filhos de Jaime de Moraes alcançam os seguintes postos no exército republicano: tenente dos Carabineiros (Mário de Castro Moraes), capitão dos Carabineiros (Fernando Secca Moraes), capitão de Artilharia (Óscar Secca Moraes) e tenente Engenharia (Ruy Secca Moraes). Depoimento de Fernando Secca Moraes, com 92 anos, residente no Rio de Janeiro, Brasil. Podemos verificar a veracidade das afirmações na *Gaceta de la República*, disponível on-line. Entre as nomeações de portugueses destacamos a do próprio Fernando de Moraes ao posto de Capitão, publicada a 3 de Junho de 1937, p. 1043.

O dia de hoje, para espanhóis e amigos será sempre um doloroso dia de luto: dia de festa, não pode ser para ninguém¹⁸.

A participação dos republicanos e demais opositores antissalazaristas portugueses na Guerra Civil espanhola é uma temática pouco tratada na historiografia espanhola e portuguesa¹⁹. No entanto, a participação efetiva do grupo vinculado aos Budas e as suas relações com o governo republicano de Espanha apenas começaram a ser tratadas²⁰. A documentação até hoje disponível estava limitada às declarações contidas nos autos de prisão de exilados portugueses, como Jaime de Moraes e Jaime Cortesão, assim com os relatórios dos espões de Salazar, que não oferecem confiabilidade, dada as circunstâncias da sua produção²¹. As cartas pessoais trocadas entre os três «Budas» e os seus companheiros, portugueses e espanhóis, revelam um universo de vínculos e relacionamentos que são confirmados na documentação de alguns arquivos espanhóis, como o processo do Caso Turquesa, disponível no Archivo General de la Administración, en Alcalá de Henares, em documentos diversos depositados no Arquivo da Memória Histórica, em Salamanca, e em testemunhos guardados em arquivos particulares de Espanha, como o de Manuel Irujo, na Fundación Sabino Arana. Podemos afirmar que o forte vínculo estabelecido entre portugueses e espanhóis vai ser complexo e durará um longo período, abrangendo todo o período de exílio dos republicanos ibéricos.

A colaboração forte dos exilados lusos com o governo republicano é reforçada durante a Guerra Civil. Assistência militar, política e diplomática são constantemente citadas na correspondência e nos diários dos portugueses no exílio

¹⁸ Moraes, Jaime de. «18 de Julho: Uma data dolorosa», *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 23 de Julho de 1944, Segundo Caderno, p. 3.

¹⁹ Ver, entre outros, Oliveira, César. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa, O Jornal, 1987.

²⁰ Alguns trabalhos tocam no tema, como o César de Oliveira, já citado, e outros o tratam de maneira mais cuidada como o de Cristina Clímaco, também mencionado.

²¹ Como exemplo, podemos citar o caso de Ferro Alves ou, ainda, os relatórios produzidos por informantes em Madrid e Paris, que relatam fatos puramente fantasiosos a respeito dos republicanos. Ver nos processos individuais dos citados os relatórios anexos. ANTT, PIDE/DGS, Lisboa. Sobre o tema ver também Paulo, Heloisa. «A imagem oficial. Os Budas e a Espionagem Salazarista», in Carneiro, M. L. T. / Croci, F. (orgs.). *Tempos de Fascismos. Ideologia — Intolerância — Imaginário*. São Paulo, Edusp / APSP/ Imprensa Oficial, 2010.

espanhol e em documentação oficial expedida pelo Estado-maior republicano. Todo o grupo de exilados reunidos em torno dos Budas presta serviços militares, como Francisco Oliveira Pio, que é um dos primeiros responsáveis pelo treinamento recém-constituído exército republicano²², ou Alexandrino dos Santos, Comandante da Base Militar de Castelon de la Plana, na Catalunha²³. César de Almeida, um dos elementos mais próximos ao grupo, presta serviços no Comissariado do Exército do Este, no Ministério da Defesa Nacional²⁴. Jaime de Morais estima que quatrocentos combatentes portugueses estivessem retidos nos campos de concentração franceses em 1939, mas o número daqueles que combateram pela República Espanhola é bem maior do que esta estimativa feita no final do conflito²⁵.

Jaime de Morais, Moura Pinto e Cortesão estão ligados ao Estado-Maior²⁶, estabelecendo um relacionamento bem próximo com vários nomes do governo

²² Francisco Oliveira Pio nasceu em 17 de Janeiro de 1897. Em 1921, é nomeado Comissário da Divisão de Polícia da Segurança Pública de Lisboa. No 28 de Maio, pela discordância que assume publicamente com relação ao movimento, é transferido para Bragança. Participa do movimento de 3 de Fevereiro de 1927, fugindo para a França, Bélgica e, finalmente, Espanha. Em 1934, é preso com Moura Pinto após o Caso Turquesa. Solto, fica em Madrid até a eclosão da guerra civil, quando é incorporado ao 5.º Batalhão de Milícias Cívicas como Major. Participa de várias frentes de combate, incluindo a formação da linha de defesa da cidade universitária. É nomeado director da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e, posteriormente, chefe de Operações do 23º Corpo do Exército. Em 1939, ao passar a fronteira, é internado no campo de concentração na região de Montauban, de onde escapa para Argel. Nesta cidade, combate na resistência junto ao General Bethouart e indicado pelos Budas, em 1945, como o seu representante no Hemisfério Norte. Em 1955, parte para o Brasil, retomando a resistência antissalazarista através do Movimento Nacional Independente. É membro do Grande Oriente Espanhol e possui fortes contactos com os espanhóis exilados em território brasileiro e com o governo republicano no exílio no México. Falece em 1972, no Rio de Janeiro, onde o seu corpo se encontra enterrado. Sobre Oliveira Pio não há estudos, mas o seu arquivo pessoal está no Museu da República e da Resistência em Lisboa, servindo de base para este apontamento.

²³ As informações sobre Alexandrino dos Santos são escassas. Para além do seu processo na PVDE, ANTT, Processo SR 1451UI. 2345, os dados obtidos de cartas e documentos dos dois arquivos citados apontam Alexandrino dos Santos como um «traidor», que teria passado com dinheiro para a França, onde viveria, em 1940, como agricultor. Ver ainda o dossiê sobre Alejandrino dos Santos em /PS-MADRID, 451, 50, Centro Documental de la Memoria Histórica.

²⁴ Ver correspondência trocada entre Moura Pinto, César de Almeida e Jaime de Morais. Arquivo Moura Pinto.

²⁵ As listagens franquistas de presos constantes no Arquivo Militar de Ávila apontam para 160 portugueses presos ao final da Guerra Civil.

²⁶ Jaime de Morais afirma numa carta a Moura Pinto que o Estado espanhol devia a ele e aos seus filhos cerca de 10.000 pesetas em salários atrasados. «Falia o Banco de Espanha se nos pagassem tudo». Carta datada de 15 de Maio de 1938. Arquivo Moura Pinto.

republicano, como, por exemplo, Paulino Gómez Saiz, Ministro de la Gobernación, entre Maio de 1937 e Março de 1939; ou ainda, Julio Alvarez del Vayo, Ministro de Estado, entre Setembro de 1936 e Agosto de 1938²⁷. O rápido avanço das tropas franquistas e o auxílio prestado por Salazar aos rebeldes vai reforçar a colaboração dos exilados portugueses e, entre eles, a ideia do restabelecimento do governo democrático em Portugal como uma possível solução para o «abandono» da República decorrente da política de «não intervencionismo» de possíveis aliados, com Inglaterra e França.

O Plano Lusitânia²⁸, segundo o seu assumido autor, Jaime de Morais, é «ambicioso»²⁹, pretendendo, após a derrocada de Salazar, criar uma nova frente de combate favorável à República. Desta forma, os rebeldes estariam «cercados» e os seus aliados nazi-fascistas seriam obrigados a recuar, pois lhes faltariam as bases necessárias de apoio em território português. Para a concretização do planeado, os exilados portugueses contam com o auxílio direto do governo espanhol, tendo sido nomeado o General Rojo para prestar o auxílio militar necessário aos portugueses, possibilitando o seu deslocamento nas zonas ocupadas pelos governamentais e o acesso às bases militares e aos depósitos de armamentos³⁰.

Da parte portuguesa, os contactos com o norte, o centro e o sul de Portugal demonstram um clima propício para a revolta, contando com o auxílio das guarnições militares e de comandos formados por civis. Em Espanha, os portugueses que lutavam ao lado da República são concentrados na zona da Catalunha, esperando a o embarque para Portugal. No entanto, as dificuldades de comunicação, o rápido avanço das tropas franquistas e as desavenças internas³¹

²⁷ Ver, entre outras, correspondência datada de Niterói, Brasil, de 27 de Julho de 1945, de Jaime de Morais para Moura Pinto, e de Paulino Gomez Saiz endereçada a Moura Pinto, datada de Bogotá, 22 de Julho de 1942.

²⁸ Sobre o tema há pouco material publicado, ver, entre outros, Farinha, Luís. *Op. cit.* A melhor fonte sobre o Plano Lusitânia é o relato do próprio Jaime de Morais nas suas memórias, os apontamentos de Moura Pinto e as cartas cifradas trocadas entre ambos.

²⁹ Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado. Arquivo Jaime de Morais.

³⁰ Jaime de Morais afirma que o Governo espanhol estaria «pronto a auxiliar-nos, pedindo-nos em troca pouca coisa: que Portugal deixasse de abastecer e auxiliar os rebeldes». Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado. Arquivo Jaime de Morais.

³¹ Um incidente ocorrido no acampamento português, que levou a morte de um anarquistas e a prisão de um soldado, Pedro Rocha, causando um mal estar entre os oficiais e as autoridades locais, para além da recusa dos comunistas de darem andamento ao Plano, foram os factores de atraso ao prosseguimento do

fazem com que «quando Portugal disse que estava pronto, acabava a guerra em Espanha»³².

Em Janeiro de 1939, Jaime de Morais e Jaime Cortesão atravessam a fronteira para um longo exílio. Em França, encontram Moura Pinto, que deixara Barcelona meses antes, iniciando uma série de contactos para uma saída da Europa, já às portas da guerra. Mais uma vez, os caminhos dos Budas se cruzam com os republicanos espanhóis, retidos nos campos de concentração franceses. O número de pedidos de socorro enviados, em especial, para Moura Pinto, mas também para Jaime de Morais, revelam as condições miseráveis a que foram submetidos os exilados espanhóis em França. Diversos grupos de portugueses também se acham nos campos e, em alguns deles, os espanhóis assumem a identidade dos seus «vizinhos» e antigos companheiros de armas, com medo de serem entregues ao regime de Franco³³.

Em 1940, com as tropas alemãs já em território francês, Jaime de Morais e Jaime Cortesão, juntamente com Bernardino Machado e as suas famílias cruzam a fronteira a caminho de Portugal, aceitando a propalada «amnistia» do governo de Salazar. Uma vez em solo português, são presos, sendo Cortesão e Morais encaminhados para o exílio no Brasil. Lá encontram Moura Pinto e retomam as actividades de combate ao salazarismo, juntamente com outros emigrados políticos e exilados do regime.

3. O IBERISMO DOS EXILADOS PORTUGUESES: OS CONTACTOS COM OS NACIONALISTAS E A IMPORTÂNCIA DA FIGURA DE CASTELAO

Poucas semanas depois das xornadas parlamentarias de Montserrat, nas que se presentou o Estatuto, nos días 16 a 17 de marzal, a poboación civil de Barcelona foi sometida a un bárbaro bombardeo [...] Castelao foi unha das vítimas. Vivía nun pequeno hotel, onde

Lusitânia. Declarações de Fernando de Morais, filho de Jaime de Morais, tenente carabineiro encarregado do acampamento em Centelhas.

³² Memórias de Jaime de Morais. Exemplar dactilografado. Arquivo Jaime de Morais.

³³ Sobre o tema ver Clímaco, Cristina. «A emigração política portuguesa em França (1927-1940). Fontes e Bibliografia», in *Penélope. Portugal no exílio no Século XX*. Lisboa, Ed. Cosmos, 1996, pp. 153-177.

tamén estaba o seu amigo, o escritor portugués Xaime Cortesão, na Rua de Balmes, perto da Universidade³⁴.

Toda a colaboração dos exilados portugueses com a República Espanhola e o apoio dado pelos políticos republicanos de Espanha ao combate do salazarismo colocam em segundo plano a questão da fronteira física entre os dois territórios. A noção de espaço geográfico é substituída pela partilha de ideais comuns concretizados na luta pela restauração da democracia em Portugal. Retomando o conceito federalista republicano, a ideia de uma «união ibérica» não implica uma unidade geográfica e nem política de ambos os territórios, mas uma «unificação» em torno de ideais políticos e todo um conjunto de práticas económicas e sociais. Neste sentido, iberismo e republicanismo acabam por caminhar juntos na procura de uma concepção nova de um espaço cultural e económico com características e/ou regras comuns³⁵.

No quadro das influências federalistas republicanas, os exilados portugueses acabam por ter uma maior aproximação aos movimentos nacionalistas: aos galegos, pela proximidade fronteiriça e similaridades culturais, e, através destes, aos bascos e catalães³⁶. As afinidades históricas existentes entre Portugal e a Galiza, origem de toda uma produção historiográfica, ganham uma leitura «política» cujo referencial é o binómio federalismo/republicanismo. Este componente político ideológico, está presente como elemento aproximador dos republicanos portugueses exilados e os principais nomes das nacionalidades, como Aguirre e Irujo³⁷.

³⁴ González López, Emilio. «Castelao na Guerra Civil», in Beramendi, Justo G. / Villares, Ramón (eds.). *Actas Congreso Castelao*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela / Xunta da Galicia / Fundación Castelao, 1989, p. 95.

³⁵ Sobre o tema ver, entre outros, Vázquez Cuesta, Pilar. «O espantinho ibérico como arma política no Portugal do Século XIX», in *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos do Século XIX do Grémio Literário, 1974, pp. 39-43; Catroga, Fernando. «Nacionalismo e Ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do Século XIX», *Revista Cultura: História e Filosofia*. Lisboa, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, v. 4, pp. 419-163; Mascarenhas, Manuela. *A Questão Ibérica*, Separata da *Bracara Augusta*, t. 3, fasc. 78 (90), Jul-Dez. 1980.

³⁶ Ver, entre outros, Irujo, X. / Goigolana, Iñaki / Legarreta, Josu. *Un Nuevo 31. Ideología y Estrategia del Gobierno de Euzkadi durante la segunda guerra mundial a través de la correspondencia de José Antonio Aguirre y Manuel Irujo*. Artea, Sabino Arana Fundazioa, 2007.

³⁷ Sobre o republicanismo espanhol e a questão da nacionalidades ver, entre outros, Duarte, Ángel, *El otoño de un ideal. El republicanismo histórico español y su declive en el exilio de 1939*. Madrid, Alianza Editorial, 2009.

Entre estes vínculos forjados ao abrigo de uma visão singular do republicanismo, o mais forte é aquele estabelecido entre os exilados lusos e Alfonso Castela³⁸, o líder do movimento galeguista. A profunda e estreita ligação entre eles não é fruto apenas da aproximação ideológica, do leque das convicções políticas republicanas, do anticomunismo comum, mas de uma identificação de lugares e dados culturais comuns que aproximam os portugueses da Galiza. A amizade com Castela tende a reproduzir estes vínculos e todo um passado de debate em torno do iberismo que afectou muitos dos republicanos, em especial, o próprio Jaime Cortesão³⁹.

A vitória da Frente Popular representou uma esperança para as nacionalidades, pela possibilidade de efetivação das suas autonomias, mas também para os exilados portugueses que esperavam do novo governo o apoio necessário para iniciarem uma revolta em Portugal contra Salazar. O deflagrar da Guerra Civil vai alterar os planos de ambos os setores, configurando novas formas de atuação, sobretudo para galegos e portugueses. Com os rebeldes a ocuparem a Galiza, os galeguistas se reagrupam em Madrid e depois em Barcelona, presutando o apoio necessário a República. Combatendo ao lado das tropas leais, ou ainda, através da propaganda portugueses e galegos estão lado a lado contra as tropas de Franco e os seus aliados.

O periódico *Nueva Galicia*, publicado em galego entre 1937 e 1938, é um libelo de propaganda que reúne nomes de galegos conhecidos, em especial Alfonso Castela, e de portugueses, mesmo monárquicos como Paiva Couceiro, que faz uma declaração contra os sublevados que «loitan contra os intreses vitales e valores espirituales dun pobo inteiro»⁴⁰. Mais uma vez, o caminho de galegos e lusos é semelhante e a luta pela mesma causa é um fator de união. Uma coluna assinada

³⁸ Sobre a vida e a trajetória política de Castela ver, entre outros, Beramendi, Justo G. / Villares, Ramón (eds.). *Actas Congreso Castela*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela / Xunta da Galicia / Fundación Castela, 1989, tomo 1 e 2.

³⁹ Sobre o tema ver, entre outros, Homem, Amadeu Carvalho. «O tema do iberismo no republicanismo federalista português (1870-1910)», in Leal, Ernesto Castro (coord.). *O Federalismo Europeu. História, Política e Utopia*. Lisboa, Edições Colibri, 2001; Pereira, Maria da Conceição Meireles. «Iberismo e Nacionalismo em Portugal da Regeneração à República. Entre Utopia e Distopia», *Revista de História das Ideias*. Coimbra, Faculdade de Letras, v. 31, 2010; Matos, Sérgio Campos. «Iberismo e Identidade Nacional (1851-1910)», *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, vols. 14-15, 2006.

⁴⁰ *Nueva Galicia*. *Portavoz de los antifascistas gallegos*. Ano I, n.º 1, 17 de Março de 1937, p. 5.

por «Lusofilo», em 19 de Julho de 1938, retrata o espírito do «Pobo portuguê» diante do regime de Salazar e da Guerra em Espanha:

[...] Pode o Salazar encher-a boca dicindo: «O pobo esta con nosco». Pode orgaizar «comicios anticomunistas» levando a eles, aproveitando-se da sua iñoranza e da súa fame, aldeáns a dez escudos e unha lata de sardiñas por cabeza; pra contarlles catro parvardas que case sempre producen un efecto contrario, ao pretendido [...]. O pobo portuguê non o quere [...] o pobo portuguê considera como irmáns aos que defendem a República hespanhola, e que manifesta esta irmandade en total-as ocasiones doadas: ¡cantos deben a vida e a liberdade a este sentimento do pobo portuguê!⁴¹.

Esta constante cooperação é também exemplificada após o término da Guerra Civil através dos pedidos de auxílios feitos pelos republicanos espanhóis retidos nos campos de concentração franceses aos seus antigos aliados. Nas cartas recebidas por Moura Pinto há diversas menções aos presos espanhóis, onde o nome do líder galeguista vai aparecer com destaque. É o que ocorre na correspondência enviada por José Ribas, que se apresenta como membro do Secretariado Executivo de Solidariedade Galega Antifeixista, em Barcelona, preso em Argéles-Sur-Mer⁴². O «amigo Castelao» é mencionado como uma garantia para a efetivação do auxílio procurado. Mas, será no exílio em terras brasileiras que os laços entre Castelao e os Budas serão retomados⁴³.

4. O EXÍLIO: OS GALEGOS E OS PORTUGUESES EXILADOS NO BRASIL

Os repúblicos desterrados ofrecen ás olladas estranas un cadro lamentable de guerra civil na que se disparan inxurias e calumnias, e ás olladas amigas somentes se ofrece

⁴¹ *Nueva Galicia. Portavoz de los antifascistas gallegos*. Ano II, n.º 46, 19 de Julio de 1938, p. 4.

⁴² Carta datada de Argéles-Sur-Mer, de 8 de Abril de 1939. A correspondência de José Ribas compreende o período de Março a Maio de 1939, havendo ainda menções do seu nome na correspondência trocada entre Cortesão e Moura Pinto. Na sua última carta, afirma ter recebido notícias do irmão no Rio de Janeiro e estar convencido de poder ir para aquela cidade em breve.

⁴³ Sobre as atividades políticas de Castelao ver, entre outros, Velasco, Carlos. «Castelao no contexto histórico e político da II República», in Ferreiro, Manuel / Mato, Xosé Ramón Freixeiro (eds.). *Castelao na Galiza do século XX. Actas do Simposio*, A Coruña, Asociación Sócio-Pedagógica Galega / Universidade da Coruña, 1999.

o consabido desbaraxuste que sempre reinou en Hespaña, provocador de dictaduras. [...] A realidade republicana é a seguinte: Os socialistas están divididos en tres bandos irreconciliables que provocan, á súa vez, divisións no campo dos republicáns liberaes; os republicáns de esquerda fixéronse satélites de Prieto ou ficaron escravos da Constitución do 31, non como punto de partida senón como tope; os comunistas utilizan a mentira como arma de combate e o engano como procedimento recaudatorio, bulen moito e traballan como a polilla, pero vanse quedando sen amigos⁴⁴.

A trajetória de José Ribas antes ou depois da Guerra Civil não difere da de muitos outros galegos ou portugueses, mas exemplifica os laços mantidos entre os dois setores no decorrer do século XX. Nascido em Vigo, a 19 de Setembro de 1886, anarquista, é casado com uma Portuguesa, o que lhe dá direito a uma ficha na Polícia de Vigilância e Defesa do Estado de Salazar. Após uma passagem pelo Brasil, onde a família chega a prosperar com uma pequena fábrica de cerveja, retorna a sua Galiza. O golpe de Franco o surpreende em território galego, de onde escapa em Novembro de 1936, em direção à Madrid. De lá, acompanha a transferência do governo para Barcelona. Após a guerra está no campo de Argelés-sur-mer, sendo porém expulso para Portugal, já que declarara «ser português». Após o final da Segunda Guerra, segue para a França e daí retorna para o Brasil, onde falece⁴⁵.

Tal como José Ribas, o Brasil acolhe uma colónia de galegos considerados «elementos de esquerda» e que compartilham uma longa tradição anarquista, nomeadamente através do Centro Galego do Rio de Janeiro, com um período de grande actividade intelectual entre 1903 e 1922, ou ainda, do Centro Galego de São Paulo que, ao contrário do seu similar na cidade do Rio de Janeiro, consegue reaparecer em 1932, mantendo-se activo até 1954, quando passa a ser denominado Centro Democrático Galego⁴⁶. Na década de sessenta, este grupo acolherá

⁴⁴ Carta de Castelao a Cortesão datada de 2 de Setembro de 1944. Arquivo Moura Pinto.

⁴⁵ O seu nome está na lista apresentada no *O exílio galego. Repertorio bibliográfico, unha primeira achega*. Consello da Cultura Galega, Santiago de Compostela, 2001. O historiador Edgar Carone apresenta uma pequena biografia de José Ribas Soares na obra *Os Companheiros*, disponibilizada na internet (<http://www.agrorede.org.br/ceca/edgar/Comps/Compa.html>).

⁴⁶ Sobre o Centro Galego do Rio de Janeiro ver, entre outros, <http://marquesdacosta.wordpress.com/artigos-do-npmc/memoria-anarquista-do-centro-galego-do-rio-de-janeiro-milton-lopes/>.

os elementos do Directório Ibérico de Libertação, nomeadamente o escritor Xosé Velo Mosquera⁴⁷.

Logo após a ocupação da Galiza pelas tropas franquistas, cresce o número de exilados galegos no Brasil, nomeadamente o de intelectuais⁴⁸. Um caso paradigmático é do diplomata galego José Casais Santaló⁴⁹, que chega ao Brasil ainda em 1938. Portadores de uma forte tradição anarquista, defensores de um republicanismo socializante, os galegos antifranquistas procuram firmar o seu posicionamento político e contrabalançar a propaganda franquista após a vitória de Franco⁵⁰. Mas, as primeiras rupturas no governo republicano no exílio já se fazem notar, demonstrando a fragilidade da oposição republicana exilada.

No entanto, no Brasil, assim como os galegos, os republicanos portugueses também contam com uma ativa colónia «oposicionista». Emigrados políticos, exilados ou simpatizantes do republicanismo estão reunidos em associações, como o Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro, fundado em 1908. Ainda que esta associação seja obrigada formalmente a fechar as suas portas em 1940, pressionada pela legislação brasileira, os seus membros continuam a difundir o ideal republicano. São eles que recebem Moura Pinto, Cortesão e Moraes como os grandes líderes da oposição no exílio e apoiam as manifestações públicas contra o governo de Salazar após o clima de aparente liberdade proporcionado pela entrada do Brasil na guerra ao lado dos Aliados⁵¹.

⁴⁷ Peres, Elena Pájar. *A inexistência da terra firme. A imigração galega em São Paulo: 1946-1964*. São Paulo, Edusp / Fapesp / Imprensa Oficial do Estado, 2003.

⁴⁸ Sobre o tema ver, entre outros, Quintela, Antón C. *A aculturação e os galegos do Brasil: o vazio galeguista*. Tese de Doutoramento, Santiago de Compostela, 2009 (http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2596/1/9788498872583_content.pdf) [consultada em 22 de Janeiro de 2014].

⁴⁹ Sobre a sua presença no Brasil ver, entre outros, Quintela, Antón Corbacho. *Um turista espanhol em Goiás na década de 1930* (http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2008/memoria.html) [consultado em 20 de janeiro de 2014] ou, ainda, Gómez Salustiano Álvarez. *A Belo Horizonte de José Casais Santaló* (http://www.letras.ufmg.br/espanhol/Anais/anais_paginas_%202010-2501/A%20Belo%20Horizonte.pdf) [consultado a 20 de Janeiro de 2014].

⁵⁰ Sobre os espanhóis e galegos e a problemática da Guerra Civil no Brasil, nomeadamente em São Paulo, ver: Souza, Ismara Izepe. *A Solidariedade Internacional. A comunidade espanhola do Estado de São Paulo e a Polícia Política durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*. São Paulo, Edusp, 2005.

⁵¹ Sobre o tema ver, entre outros, Skidmore, Thomas. *Brasil. De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, e Fausto, Bóris (organizador). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. 1 a 4, São Paulo, Difel, 1984.

Porém, tal como ocorre na representação da República espanhola no exílio, os republicanos portugueses exilados lidam com a dificuldade de obtenção de um consenso em torno de uma unidade da oposição no exterior. A ascensão dos setores oposicionistas vinculados ao Partido Comunista Português cria obstáculos para o reconhecimento de uma representação comum a todos os antissalazaristas exilados, o que leva aos Budas a procurarem apoios em Lisboa e a nível internacional⁵².

Neste sentido, de igual forma, a partir de 1943, os Budas, todos exilados no Brasil, intensificam o retomar de contatos com os antigos companheiros de Espanha, enviando cartas de saudação aos representantes do governo republicano no exílio, entre eles, ao antigo ministro Alvarez del Vayo, então nos Estados Unidos⁵³. Apesar de respostas formais, nada aponta para uma possível colaboração entre portugueses e espanhóis exilados.

Este cenário muda quando em 2 de Setembro de 1944 Moura Pinto recebe uma endereçada aos «Budas». O velho amigo Alfonso Castela saúda-os como os tres portugueses, que representam o espírito autenticamente democrático de Portugal⁵⁴. É o início da aproximação dos portugueses ao plano de reconstituição da antiga *Galeuzca*⁵⁵, objectivando forjar uma união contra as ditaduras ibéricas e buscar a «liberación dos respectivos Pobos»⁵⁶.

⁵² A partir de 1943, apesar de ainda vigorar no Brasil uma ditadura, a de Getúlio Vargas, denominada Estado Novo, os grupos de esquerda vão abrir espaço político no governo, sendo que, no final da Guerra, em 1945, e após a deposição do ditador, o Partido Comunista Brasileiro, no seu curto período de legalização, vai se aproximar dos elementos comunistas do exílio português. Sobre o tema ver: Paulo, Heloisa. «O outro lado da moeda: o discurso da oposição no exílio, dos anos trinta ao movimento democrático da década de cinquenta», in *Aqui também é Portugal!*. A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Coimbra, Editora Quarteto, 2000, p. 539 e seguintes.

⁵³ Carta datada de 23 de Fevereiro de 1943. Arquivo de Jaime de Morais, depositado na Fundação Mário Soares.

⁵⁴ Carta de Castela a Moura Pinto, Morais e Cortesão, datada de 11 de Dezembro de 1944. Arquivo Moura Pinto.

⁵⁵ Um primeiro pacto denominado Triple Alianza data de 1923, mas não chega a ser institucionalizado. O seguinte data de 1933 e, em 1941, já no exílio, é definido o pacto que será proposto por Castela aos Budas. Sobre a Galeuzca ver, entre outros, Estévez, Xosé. *De la Triple Alianza al Pacto de San Sebastián (1923-1930)*. San Sebastián, Mundaiz, 1991; Estévez, Xosé. «Las relaciones entre los nacionalismos periféricos: vasco, gallego y catalán», in *Ideología y nacionalismo*. Vitoria-Gasteiz, Instituto de Estudios sobre Nacionalismos Comparados, 1992, pp. 94-150.

⁵⁶ Carta de Castela a Moura Pinto, Morais e Cortesão, datada de 11 de Dezembro de 1944. Arquivo Moura Pinto.

5. CASTELAO E OS BUDAS: A COMUNIDADE IBÉRICA E AS TENTATIVAS DE UMA ATUAÇÃO COMUM

[...] Afortunadamente os undergrounds do republicanismo democrático en Galiza están agrupados ao redor dos galeguistas, e podo asegurarlles a Vostedes que hoxe Galiza é un dos puntos mellor preparados de toda Hespaña. Pois ben; o povo galego confía en nós, e a Delegación con que contamos alí é quén dirixe o movemento contra Franco e a Falanxe. Políticamente os galegos podemos equipararnos aos vascos e cataláns e as tres forzas reunidas en Galeuzca representan a enerxía frénica do republicanismo hespañol. [...] e sendo Vostedes e nós fillos desterrados d-unha mesma nacionalidade, quixera que nos entendéramos e chegáramos a un acordo trascendental, porque non sería cordo desprezar unha oportunidade que cicáis sexa única⁵⁷.

União que nada tem com a estafada mística de uma vetusta União Ibérica ou das fantasiosas Federação ou Confederação Ibérica do passado, União, bloco, ou o que quiserem, que seja um entendimento econômico e moral entre dois povos que, por mais que o discutam, tem uma homogeneidade étnica real⁵⁸.

Para uma maior aproximação entre o grupo da *Galeuzca* e os Budas, buscando a concretização da ideia de uma acção comum, o primeiro problema a resolver é o contacto físico entre eles, possibilitando a entrega de credenciais a Castelao, para que este pudesse representar os exilados portugueses junto ao Governo Republicano espanhol no exílio. Daí, a necessidade da vinda de Castelao ao Brasil, no decorrer da sua viagem ao México, onde, como deputado, participaria das Cortes espanholas na sua primeira reunião fora da Europa. Esta questão é solucionada através dos próprios contactos dos Budas com personalidades políticas brasileiras⁵⁹, nomeadamente no meio diplomático, no qual Jaime Cortesão tem

⁵⁷ Carta de Castelao a Moura Pinto, Morais e Cortesão, datada de 11 de Deciembre de 1944. Arquivo Moura Pinto.

⁵⁸ Morais, J. «Problemas da Europa Futura. Esclarecimentos a um leitor», *Diário Carioca*, 6 de Junho de 1943, p. 2 do Segundo Caderno.

⁵⁹ Nomeadamente com o então jornalista Hermes Lima, futuro fundador do Partido Socialista Brasileiro. Ver correspondência de Morais, Moura Pinto e Cortesão nos dois arquivos citados.

livre-trânsito, como funcionário do Itamaraty, órgão do Ministério das Relações Exteriores do Brasil⁶⁰.

Resolvido o problema do passaporte, a vinda de Castelao é pensada de forma a transformá-lo num «porta-voz» dos republicanos portugueses, não só perante o Governo Republicano de Espanha, mas diante da comunidade internacional, que estaria atenta as reuniões das Cortes no México, e acompanharia Castelao na sua trajectória. Neste sentido, lhe são passadas diversas directrizes do grupo, incluindo os nomes dos contactos já realizados com personalidades de destaque naquele momento:

Sobretudo falamo-lhes de Attlee e Noel Baker, que tivemos a honra de conhecer em Barcelona, em 1938, e com quem falamos sobre o problema português e de quem obtivemos autorização para, num momento oportuno os procurarmos em Londres⁶¹.

Enquanto os contactos com Castelao prosseguem no Brasil, Armando Cortesão, então residente em Londres, já havia sido contactado pelos espanhóis ali exilados, nomeadamente pela Delegação Basca, também ela vinculada ao novo pacto da *Galeuzca*. Representante dos Budas em território inglês, o irmão de Jaime Cortesão vai participar de uma Comissão de estudos criada para dar início ao projeto de colaboração entre portugueses e nacionalistas ibéricos. Criada em Dezembro de 1944, esta Comissão conta com a participação de Luis Araquistáin, antigo editor da revista *Leviatán*, na qual colaborou Armando Cortesão⁶², Manuel Irujo⁶³ e Pi Sunyer, antigo membro da Esquerda Republicana de Catalunya⁶⁴. No

⁶⁰ É de Cortesão a sugestão de que Castelao procure a embaixada do Brasil em Buenos Aires, solicitando documentação para a entrada no Brasil, e a afirmação de que, a partir daí, e de um contacto daquela embaixada com o governo brasileiro, a ida do político galego ao Rio de Janeiro estaria resolvida. Carta de Cortesão para Moura Pinto, datada de 6 de Janeiro de 1945. Arquivo Moura Pinto.

⁶¹ Cópia da carta de Jaime de Moraes a Armando Cortesão, não datada. A referência trata de dois políticos britânicos, Clement Attlee, do Partido Trabalhista Inglês e que assumirá o poder após a saída de Churchill; e Phillip Noel-Baker, que ganharia o Prémio Nobel da Paz em 1959, pela sua dedicação às questões internacionais e à busca da paz mundial.

⁶² Armando Cortesão nesta altura é defensor de um socialismo liberal e anticomunista.

⁶³ Irujo é um dos principais líderes na altura do nacionalismo basco.

⁶⁴ Sobre os personagens em questão e o jogo político no exílio ver, entre outros, Fuentes, J. F. *Luis Araquistáin y el socialismo español en el exilio (1939-1959)*. Madrid, Biblioteca Nueva, 2002; Duarte. *El otoño de un ideal*, cit.; Mees, Ludger. «José Antonio Aguirre Lekube», in Viñas, Ángel (ed.). *En el combate por la historia. La República, la Guerra Civil, el Franquismo*. Barcelona, Passado&Presente, 2012.

entanto, no decorrer das reuniões, ficam claras as dissidências e fraquezas do próprio grupo de nacionalistas, sobretudo a divisão que separa socialistas, comunistas e anarquistas, independentemente do posicionamento assumido frente aos problemas das nacionalidades⁶⁵. Após alguns meses de debate, os resultados dos encontros são nulos. A única realização concreta é uma série de conferências no Euzko Etxea, o Centro Basco, em Londres, no verão de 1945, com o objetivo de esclarecer o núcleo de exilados⁶⁶.

A ideia de uma «Comunidade» surge paralelamente à proposta de uma união «europeísta» defendida pelos resistentes antifascistas⁶⁷. Na propaganda em torno do conceito, realizada entre a colônia basca da América Latina, ela seria um símbolo de união de forças muito mais forte do que qualquer outro, podendo ser uma «presença de força» dentro do contexto futuro da nova Europa, ela própria «federalizada»:

La Comunidad de las Naciones Iberas puede significar, por lo tanto, un avance apreciable de las doctrinas federales en Europa, ya que está basada precisamente en la doctrina de co-existencia y graduación de soberanías, las que permitirían la confirmación de poderes soberanos a las Naciones de la Península en asuntos dentro de su competencia, sin perjuicio a sus relaciones entre ellas dentro de una gran economía total, con sistema defensivo común y una Corte de Justicia que arbitraría cualquier conflicto que pudiese surgir, haciendo efectiva en todas partes de la confederación los derechos de los individuos. Las relaciones de esta Comunidad con las otras regiones de Europa, serían preparadas de tal manera como para permitir su participación en una Comunidad Federal Europea⁶⁸.

No entanto, a posição assumida por Armando Cortesão revela a prudência do grupo português em aceitar a proposta de uma colaboração com os parceiros

⁶⁵ Sobre o tema ver, entre outros, Monferrer Catalàn, Luis. *Odisea en Albión. Los republicanos españoles exiliados en Gran Bretaña (1936-1977)*. Madrid, Ediciones de La Torre, 2007, p. 223 e seguintes.

⁶⁶ Posteriormente, os debates e palestras são publicados, ver Cortesão, A. / Araquistain, L. / Irujo, Manuel / Pi Sunyer. *La Comunidad Ibérica de las Naciones*. Buenos Aires, Editorial Vasca Ekin, 1945.

⁶⁷ Sobre o tema ver, entre outros, Mammarella, G. / Cacace, P. *Storia e Politica dell'Unione Europea*. Roma, Laterza, 1999, p. 21 e seguintes.

⁶⁸ «La Comunidad de Naciones Ibéricas», *Euzko Deya*, 20 de Agosto de 1945, p. 2.

nacionalistas, em especial, com o grupo basco. Cortesão reafirma a necessidade de, para além do primeiro passo para «encontrar una fórmula para establecer la Comunidad de las Naciones Iberas», seria necessário «convencer a los diferentes grupos peninsulares de las ventajas que se obtendrían» com a proposta, no caso, a do federalismo, considerado como a verdadeira saída para os problemas peninsulares⁶⁹.

O clima de disputa vivenciado pelos parceiros espanhóis acaba por travar a Comissão e desiludir o representante português. Em carta dirigida a Jaime de Morais, datada de Londres, provavelmente escrita em resposta à carta expedida do Rio de Janeiro, em 12 de Abril de 1945, Armando Cortesão revela a real situação existente entre os opositores espanhóis. A Comissão, segundo suas palavras, «trabalhou durante três meses e acabou por se desintegrar, pois os espanhóis não têm maneira de se entender! Uma tristeza»⁷⁰.

Era um sinal evidente que a nova *Galeuzca* estava fadada ao insucesso devido à falta de unidade dos parceiros nacionalistas. Apesar disto, e sem alinhar com os planos originais propostos por Castelao, os portugueses propõem-se dar o seu apoio integral ao antigo companheiro, transformando-o no seu porta-voz frente ao governo de Giral. Para tal, o grupo do Budas programa para o líder galego uma estadia no Rio de Janeiro, antes do seu encontro com o governo republicano no exílio. As desconfianças quanto aos resultados efetivos de uma colaboração com os espanhóis há muito já haviam minado as possibilidades de aceitação total da proposta de Castelao. Em Agosto, Moura Pinto já declarara a Jaime de Morais as suas incertezas quanto a um entendimento entre as diversas fações políticas espanholas no exílio e a possibilidade de concretização de acordos entre os dois grupos:

Está certo o que diz de «nuestros deplorables hermanos». Creio que o caso teratológico de três portugueses que se entendem, até quando discrepam, se baseia na singularidade de trabalharmos com os miolos e não com a medula. Ora este «discreto desastre» hispânico é de fazer frio, mesmo em dia quente. O Boticário, o Barcia, o Gallardo!! Seria um Governo

⁶⁹ Armando Cortesão citado em «Crónica de Londres: La Comunidad de Naciones Ibéricas», *Euzko Deya*, 10 de Setembro de 1945, p. 7.

⁷⁰ Carta de Armando Cortesão a Jaime de Morais, datada de Londres. Arquivo Jaime de Morais, Fundação Mário Soares.

seria um governo excelente para convencer o Churchill, se ainda governasse, de que era possível arranjar em Espanha um curro de bois velhos que não morrassem! Aquele Prieto é espantoso, de aldeanismo, obstinado, rancoroso e estéril [...]»⁷¹.

Em Novembro, o clima tenso da reunião das Cortes na cidade do México confirma as suspeitas de Moura Pinto quando ao governo do «Boticário», ou seja, José Giral. Apesar da nomeação de Castelao para o novo Ministério da República espanhola no exílio, a proposta da *Galeuzca* é «esquecida» pelos parceiros republicanos e por alguns dos setores nacionalistas. A tentativa de uma unificação de forças contra as ditaduras ibéricas havia sido barrada pelas dissidências internas das oposições. Mas, a memória dos laços entre o líder galego e os Budas fica marcada pela ida de Castelao ao Brasil.

6. CASTELAO NO RIO DE JANEIRO: A RECEPÇÃO AO LÍDER GALEGUISTA E O REENCONTRO COM OS AMIGOS PORTUGUESES

Conseguimos que o Governo Brasileiro permitisse que três deputados espanhóis, pudessem seguir para o México, via Rio (isto desde Buenos Aires), quando todos os muitos por demais tiveram de ir pela Costa do Pacífico.

Tratava-se de José Lasarte, deputado nacionalista basco, por S. Sebastian, Villanueva, deputado republicano galego por Pontevedra e, finalmente, Afonso Castelao, que por certo conhece como o nosso dedicadíssimo amigo e chefe dos galeguistas no mundo, fundador da GALEUZCA (Galiza-Euskadi-Catalunha), cuja política é idêntica a do nosso amigo, o dr. Aguirre, chefe dos bascos, e do seu colega catalão. Supomos mesmo que a estas horas deverá ter entrado no Gabinete de Giral, como representante dos galegos, ao lado de Irujo, nosso velho amigo também, e de Santaló, que conhecemos menos.

A sua estada aqui foi um autêntico sucesso que os comoveu até às lágrimas. Foram acarinhados pela colónia espanhola, por toda a intelectualidade e imprensa brasileira e, sobretudo, por nós e nossos amigos, de facto os promotores e organizadores de todos os detalhes da recepção⁷².

⁷¹ Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, datada de 29 de Agosto de 1945. Arquivo Jaime de Morais.

⁷² Cópia da carta de Jaime de Morais a Armando Cortesão, sem data, Arquivo Jaime de Morais

No dia 4 de Outubro de 1945 é recebido com um jantar solene pelos portugueses e espanhóis exilados. A receção ganha foros de evento internacional, com a participação «de umas 35 pessoas, brasileiros, portugueses e espanhóis» no jantar oferecido ao grupo no dia 4 de Outubro de 1945. Na ocasião, discursam os presidentes da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Portuguesa, Hermes Lima, e da Sociedade Brasileira dos Amigos da Democracia Espanhola, Horta Barbosa, personalidades espanholas, em especial, Castelao e Lasarte, representante do sector basco da Galeuzca. Da União Democrática Portuguesa falam Cortesão, Moura Pinto, e Ricardo Seabra. A ideia final é de sucesso em termos da acolhida pelos visitantes da proposta da UDP e «que muito tenhamos lucrado sob mil aspetos, designadamente o da propaganda da nossa causa por este mundo afora, coisa que tanto nos faltava até hoje»⁷³.

Malgrado as poucas perspectivas de sucesso do plano, o balanço português é «que muito tenhamos lucrado sob mil aspetos, designadamente o da propaganda da nossa causa por este mundo afora, coisa que tanto nos faltava até hoje»⁷⁴. O grupo recomenda Castelao que apresente ao governo de Giral a sua aprovação, reconhecendo-o como o legítimo representante da República Espanhola no exílio. Um telegrama enviado a Martínez Barrio reforça tal reconhecimento⁷⁵. O próprio Martínez Barrio, através de uma correspondência enviada por José Lasarte, reconhece a importância da acção conjunta entre os dois sectores da oposição ibérica, curiosamente endereçando a carta a «Comisión Ejecutiva del Partido Trabalhista Portugués»⁷⁶.

Castelao assume assim o papel de representante real da oposição exilado portuguesa junto ao governo exilado espanhol como representante deles no México é absoluta, sendo o seu sucesso, tanto em termos No seu retorno ao território

⁷³ Carta de Jaime de Morais a Sarmento Pimentel, datada de 5 de Outubro de 1945. Arquivo Sarmento Pimentel.

⁷⁴ Carta de Jaime de Morais a Sarmento Pimentel, datada de 5 de Outubro de 1945. Arquivo Sarmento Pimentel.

⁷⁵ Telegrama passado em nome do grupo ao representante do governo republicano no exílio.

⁷⁶ «El destino fecundo de nuestros dos pueblos reposa sobre la comunidad de sus actividades democráticas y el servicio que conjuntamente prestamos a las respectivas libertades nacionales». Carta datada do México de 22 de Novembro de 1945, anexada a carta enviada por José Lasarte a Jaime Moura Pinto (?), datada de 20 de Dezembro de 1945.

argentino, a sua nova parada no Rio é festejada como o símbolo do sucesso da sua missão e da aliança entre os portugueses e galegos:

Castelao deve estar a chegar. Pensamos recebe-lo como o despedimos, somente restringindo isso a nós os três e Ricardo, se este estiver, porque vai agora à Argentina.

As coisas no México correram bem e ele desempenhou-se do nosso encargo, sendo a Câmara boa Camarada para o Povo Português⁷⁷.

Esta é a última vez que os dois grupos entraram em contacto. A trajectória política de ambos, comprometidas pelas distensões da oposição exilada de ambos os setores, sela o silêncio político. A morte de Castelao, o fim da amizade.

7. A PROPOSTA DA GALEUZCA: ALIANÇA OU UNIÃO IBÉRICA?

Para que um entendimento ibérico fosse possível, era preciso que o potencial português se desdobrasse de forma a poder ser útil a si e também ao país irmão, ao mesmo tempo que a Espanha necessitava se descolar do seu artificial critério centralista, donde todas as ambições internas e externas podiam brotar, sempre por forma que a sua majestade não fosse diminuída. Note-se bem que Portugal não pode ter interesse algum num entendimento com uma Espanha débil e inorgânica [...] ⁷⁸.

Em Março de 1945, os Budas recebem um documento intitulado «Sugestiones para un proyecto de Alianza o de Unión Ibérica con Portugal». Neste texto são esboçadas as propostas da Galeuzca para a reconfiguração da Península Ibérica, ressaltando a necessidade da união como forma de combate contra as ditaduras vigentes em Portugal e Espanha:

Los directivos de GALEUZCA, de una parte, y los representantes de la democracia portuguesa en el exilio, de otra parte, podrían estudiar y concretar la naturaleza y forma

⁷⁷ Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, não datada. Arquivo Jaime de Morais.

⁷⁸ Morais, J. «Problemas da Europa Futura III: Para Onde Caminha a Península?», *Diário Carioca*, 23 de Maio de 1943, p. 2.

de las relaciones que la primera propugna para toda la Península Ibérica, a los efectos de confirmarlas por los pueblos interesados democráticamente y de ser propiciadas desde el poder tan pronto fuesen instalados los gobiernos respectivos al derrocamiento de los regímenes dictatoriales que actualmente sojuzgan a los pueblos peninsulares⁷⁹.

Para tal, são apresentados dois caminhos possíveis para uma ação comum entre galegos, catalães, bascos e os portugueses. O primeiro, através da constituição de uma «Aliança Ibérica»; o segundo envolveria a criação de uma nova «União Ibérica», de composição e realização bem mais complexa do que o primeiro.

Com a Aliança Ibérica «no habria comunidad ninguna de órganos y decisiones», ou seja, prevaleceria o princípio da autonomia total dos membros. No entanto, é prevista a existência de organismos de coordenação, destinados à consulta e debates em torno de temas que implicariam a atuação comum dos membros da Aliança, tais como decisões no quadro da política internacional, defesa do território, regime aduaneiro, acordos comerciais, comunicações, regulamentação da legislação trabalhista, melhoria das condições de comunicação no espaço ibérico e disponibilização de dados e informações necessárias para a coordenação da Aliança. Também é prevista a existência de intercâmbios, em especial, na área da cultura.

No caso da «Unión Ibérica», o modelo para a sua constituição é o Compromisso Austro-Húngaro de 1897, que prevê a autonomia parlamentar para cada um dos Estados Membros e decisões comuns na área de defesa, economia e política externa⁸⁰. Assim sendo, preservando as fronteiras originais e a independência nos assuntos internos, a União Ibérica implicaria a manutenção de organismos comuns destinados à implementar e fiscalizar a defesa dos territórios abrangidos pelo acordo e a manutenção de normativas comuns dedicadas à manutenção dos princípios de igualdade e democracia social presente no texto original apresentado pela *Galeuzca*.

⁷⁹ «Sugestiones para un proyecto de Alianza o de Unión Ibérica con Portugal». Datado de Buenos Aires. Março de 1945, p. 1. Arquivo Moura Pinto.

⁸⁰ «Sugestiones», cit.

Os órgãos comuns seriam distribuídos em 7 categorias, a saber:

1. Assuntos Políticos — destinados a tratar dos tratados a serem estabelecidos pelos estados membros com outros estados bem como da questão fronteiriça, determinando a existência de um tipo de documentação de identificação comum a todos os cidadãos pertencentes à União e da reciprocidade de cidadania.

2. Defesa Comum — que implicaria a criação de um Estado-maior comum, coordenador da força militar destinadas a defesa do território da União.

3. Área Social — voltada para a implantação de normas legislativas comuns regulamentadoras das condições de trabalho e da manutenção da igualdade social. Neste campo, estão também especificadas ações de carácter regulador e repressivo, tal como a criação de órgãos policiais destinados à repressão da criminalidade e o estabelecimento de acordos sobre a extradição, cumprimento de sentenças e execução de ordens judiciais pelos diversos estados membros da União.

4. Assuntos Culturais — englobando atividades que incentivassem a «educación y elevación de los pueblos»⁸¹, prevendo o intercâmbio de professores, estudantes e investigadores das diversas instituições de ensino e pesquisa dos estados membros. Neste item estão inseridos a instituição de uma Comissão Jurídica, voltada para os estudos da legislação reguladora da cidadania, assim como órgãos reguladores dos direitos intelectuais e comerciais.

5. Economia — um dos mais delicados pontos e para o qual os portugueses são mais sensíveis. Prevê a criação de acordos para a regulação de emissão de moedas; uma união aduaneira; o intercâmbio de matérias-primas, normas para a concessão de empréstimos pela União aos estados membros; uma política comercial comum em relação ao «exterior»; cotas comuns nas respectivas bolsas de valores; criação de redes de vias viárias, ligando todo o território, assim como a melhora nos meios de comunicação existentes.

6. Assuntos Financeiros — onde estão previstas a criação de impostos para sustentar os organismos comuns e parâmetros para a regulação das dívidas públicas dos estados membros.

⁸¹ «Sugestiones para un proyecto de Alianza o de Unión Ibérica con Portugal». Datado de Buenos Aires. Março de 1945, p. 2. Arquivo Moura Pinto.

7. Organismos de Ação — instituição de órgãos reguladores das atividades comuns já descritas e que deveriam passar por um estudo e propostas da parte dos participantes da União.

No entanto, o grupo dos Budas também já possuía um plano de ação com relação aos seus companheiros espanhóis. Sem assumir nenhuma das propostas anteriores, os portugueses propõem o estabelecimento de um pacto de ação comum. As bases para esta cooperação estão expostas na *Nota sobre la colaboración con los portugueses*, documento localizado no arquivo de Moura Pinto, escrito em nome do Comité de Portugueses Antifascista, representado no Brasil por Jaime de Moraes, Moura Pinto e Jaime Cortesão⁸².

O primeiro ponto a ser considerado é o da representatividade da *Galeuzca* frente à representação já existente da República Espanhola no exílio. Neste sentido, é afirmado que somente podem «pactar con el Jefe del Estado Español, el Presidente de las Cortes, o con el Gobierno que pueda nombrar algún día, con arreglo a las normas constitucionales»⁸³. Assim sendo, a anuência de todos os grupos políticos de Espanha é explícita neste documento:

Los Portugueses desearían la formación de un Comité especial constituido con el único objeto de hacerse cargo de las relaciones con Portugal y de la ejecución del pacto, y en que estén representadas todas las entidades y grupos firmantes. Preferirían que también formaran parte de esta entidad representantes de las Sindicales y del Partido Republicano de Galicia, pero no les parece tan necesario como la participación de las entidades y partidos ya indicados. En el pensamiento de los Portugueses no se trata de una entidad que haga una labor práctica sino de un organismo que asume la responsabilidad política del pacto y de las relaciones con los Portugueses antifascistas. Como no hay ninguna necesidad que se reúna, pudieran formar parte de esta entidad personalidades residentes en varios países⁸⁴.

A menção direta à concordância de elementos não afeitos ideologicamente aos republicanos, como os comunistas, confirma a decisão dos exilados portugueses

⁸² «[...] el Comité portugués representa todas las fuerzas antifascistas del país y por lo tanto se considera un organismo estatal». *Nota sobre la colaboración con los portugueses*. P. 1. Arquivo Moura Pinto.

⁸³ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 1.

⁸⁴ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 1.

de buscarem um consenso geral para a formulação de um pacto comum⁸⁵, já que o objetivo primordial do grupo é buscar o consenso da oposição, impossível se um dos seus aliados assumisse uma postura anticomunista, como a assumida, por exemplo, por Luis Arasquitáin, em Londres. Apesar de tal afirmação, é bem explícita a intenção de uma colaboração conjunta, «no sólo en el presente de la lucha sino en el povernir de la reconstrucción peninsular»⁸⁶.

Bem mais realista que a proposta da *Galeuzca*, o documento português trata de temas pertinentes ao combate imediato dos regimes ditatoriais ibéricos, deixando, contudo, em aberto o espaço para a criação das novas instituições, a serem implementadas pelo Pacto de colaboração. O documento prevê a existência de comissões técnicas, sendo cada uma delas voltada para o estudo das relações entre os dois governos. No âmbito económico, a comissão técnica seria encarregada de estudar soluções para os problemas comuns do território ibérico, como as vias de comunicação, acordos económicos, questões relacionadas com as bacias hidrográficas comuns e sobretudo, as questões, com o fim de fronteiras económicas entre os dois países. Neste âmbito, o problema aduaneiro é um dos pontos polémicos para o qual seriam necessários acertos entre os diversos setores oposicionistas, quer espanhóis, quer portugueses. Na esfera do ensino e da propaganda cultural temos uma série de medidas que se aproximam das propostas da «Unión Ibérica». Neste âmbito, procuram-se fórmulas para o intercâmbio cultural, seja através do ensino obrigatório de ambas as línguas na península, ou da permuta entre estudantes e professores⁸⁷.

O ponto fundamental deste documento, ao contrário dos anteriores, é a aplicação do Pacto, ou seja, a sua viabilidade enquanto organizador da ação de combate contra os regimes ditatoriais ibéricos. Neste sentido, são previstas atividades imediatas, como a ajuda às ações da clandestinidade oposicionista espanhola, para além de estabelecer os parâmetros para a propaganda da oposição em ambos os países, oferecendo a utilização da revista *Afinidades*, publicada em Portugal por

⁸⁵ «Desde luego prefirieran que todas las fuerzas antifascistas tomaran parte en la previa deliberación, pero ni pensarían en firmar por su parte si no tuvieran por lo menos la garantía de una participación real y efectiva de los Republicanos, de los Socialistas, de los Comunistas y de las Juntas autónomas de Cataluña y País Vasco». *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 1.

⁸⁶ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 2.

⁸⁷ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 3.

Leonel de Roulet, e na qual colaboram intelectuais de diversas matizes políticas como o republicano António Sérgio e o comunista Mário Dionísio. O editor estaria disposto a incluir artigos sobre os espanhóis, desde que, inseridos no âmbito cultural, pudessem ser liberados pela censura portuguesa⁸⁸. Para além deste meio de comunicação, está prevista a compra do periódico *O Globo*, propriedade de Sabino da Costa, também localizado em Portugal, para ser transformado em mais um meio da propaganda oposicionista na Península⁸⁹.

Apesar do forte conteúdo iberista da *Galeuzca*, nunca a ideia de uma União Ibérica sem fronteiras é cogitada. Nenhum dos representantes do pacto original, Galiza, Euskadi ou Catalunha, jamais postulou a perda da sua própria nacionalidade ou abriu mão da sua integridade territorial. Por outro lado, o posicionamento assumido pelos portugueses não tem como base a não-aceitação da ideia de uma federação ibérica, e sim a sua extemporaneidade frente ao torvelinho existente na oposição espanhola⁹⁰.

Malgrado isto, a *Galeuzca* deixa uma marca que extrapola também a ideia da união entre os grupos envolvidos. Tal como afirma Castelao em *Sempre en Galiza*, os laços existentes entre Galiza e Portugal são bem mais reais e complexos dos que aqueles determinados pelos contornos políticos que separam as duas regiões.

⁸⁸ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 5.

⁸⁹ *Nota sobre la colaboración*, cit. P. 7, 8 e 9.

⁹⁰ Sobre o tema ver, entre outros, Puente, Jorge de Hoyos. «Pensando en Iberia: los debates en torno a la unificación hispano-portuguesa en el exilio republicano en México», *Cahiers de Framespa*, 2012 (<http://framespa.revues.org/90>) [consultada em 2012.04.12].